

JESUS E A ORAÇÃO DO PAI-NOSSO: UM ESTUDO DO SISTEMA RETÓRICO

Max Silva da Rocha¹

Doutorando em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/PPGLL)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o sistema retórico e realizar uma possível aplicação no discurso teológico encontrado no evangelho de Mateus 6:9-13. Mediante esse objeto de estudo, as contribuições da retórica possibilitam observar não só os valores do discurso enquanto produção de sentido, mas também possíveis técnicas argumentativas utilizadas pelo orador. O trabalho ancora-se nos estudos retóricos (ARISTÓTELES, 2011), visto que a esfera religiosa é preta de elementos persuasivos. O corpus é constituído por um trecho do evangelho de Mateus, cuja temática versa sobre a oração do Pai-Nosso. A referida oração se caracteriza por conter a subdivisão do sistema retórico, elemento importante para o entendimento de aspectos persuasivos do discurso em estudo. A análise revelou que a oração do Pai-Nosso está organizada de acordo com as etapas do sistema retórico e que existem elementos persuasivos suscitados pelo orador Jesus Cristo.

Palavras-chave: Retórica. Discurso teológico. Oração do Pai-Nosso.

Introdução

Estudar a retórica significa enveredar por um espaço em que as crenças, os valores, as opiniões, os conflitos se revestem do poder da palavra como um instrumento que proporciona o confronto das subjetividades. Na concepção dos estudos retóricos da linguagem, todas as pessoas, em algum momento da vida, agem retoricamente. Esse agir retórico acontece por meio de técnicas argumentativas específicas, as quais encontram no discurso o suporte de realização. Com o domínio discursivo religioso não acontece diferente, pois “o discurso religioso é repleto de argumentação” (FERREIRA, 2015, p. 89).

Em virtude disso, este artigo tem como principal objetivo refletir sobre o sistema retórico, analisando sua aplicação no discurso teológico encontrado no evangelho de Mateus 6:9-13. Por discurso teológico, compreende-se um discurso fundamentado na visão ampla sobre Deus. Como suporte, o discurso teológico se utiliza, na religião cristã, da Bíblia Sagrada (NASCIMENTO, 2020). Em resumo, o discurso religioso difere do teológico, pois o primeiro representa a ideia da organização institucional (igreja) e geralmente é transmitido por meio de chefes religiosos; o segundo ampara-se em documentos escritos, a exemplo da Bíblia Sagrada (ROCHA, 2020).

¹ Endereço eletrônico: msrletras@gmail.com

A Bíblia Sagrada utilizada para o estudo do objeto de análise é a tradução revista e atualizada por João Ferreira de Almeida de 1999, publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB). A escolha se deu pelo fato de Almeida ser considerado o maior nome da tradução da Bíblia para a Língua Portuguesa. César (2000) advoga que Almeida era dotado de grande capacidade linguística e tinha apenas 16 anos quando traduziu o novo testamento para o português. A versão revista e atualizada é uma tradução aceita por muitos estudiosos da Bíblia. A composição, as adaptações, os cuidados com a linguagem, tudo isso foi rigorosamente analisado por especialistas da área, por isso justifica-se a seleção do excerto selecionado para a análise retórica (CÉSAR, 2000).

Outros trabalhos já foram realizados tomando como base o sistema retórico, a exemplo de Figueiredo e Ferreira (2016). Então, qual a relevância em realizar um novo estudo na mesma perspectiva? A relevância deste estudo se dá pela necessidade de compreender as partes do discurso em um excerto muito praticado na comunidade cristã, como é o caso da oração do Pai-Nosso. Provavelmente, esse texto bíblico ainda não foi analisado no mesmo prisma que o adotado neste estudo. Assim, analisar essa oração ensinada pelo orador Jesus Cristo permite observar como as técnicas argumentativas estão postas no discurso.

Metodologicamente, este artigo caracteriza-se por seguir os postulados qualitativos de cunho descritivo e interpretativo. O objeto deste estudo foi escolhido pela importância que exerce na cristandade e pelo fato da necessidade de mais estudos na linha da retórica que contemplem o discurso teológico. Para isso, este trabalho está embasado em autores como Aristóteles (2011), Ferreira (2015), Fiorin (2017), Meyer (2017), Reboul (2004), entre outros. O estudo está dividido em quatro etapas: a primeira trata da origem da retórica; a segunda aborda as etapas do processo argumentativo; a terceira enfatiza as partes do discurso; a quarta mostra os passos metodológicos e a análise retórica.

Retórica: breve percurso histórico

Aristóteles (384-322 a.C.) é o responsável por sistematizar e formalizar a retórica, considerada, inicialmente, como uma arte de bem falar em público, seja em debates, praças públicas ou tribunais. Nas palavras de Reboul (2004), a retórica é uma disciplina que se filia aos laços judiciários e não literários, fundamentada no sistema democrático. O mesmo autor afirma que não há como definir uma data precisa quanto ao nascimento da retórica, pois ela é anterior à sua própria história, “e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os

homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir. Pode-se, aliás, encontrar retórica entre hindus, chineses, egípcios, sem falar dos hebreus” (REBOUL, 2004, p.1).

Reboul (2004) postula que o surgimento da retórica se associa às disputas por restituições de terras tomadas por tiranos. De acordo com esse autor, pessoas que tiveram suas terras e outros bens tomados por tiranos começaram, depois da queda da tirania, a reclamar os direitos e, sobretudo, a devolução das propriedades e dos bens ora roubados. Por esses motivos, foram montados tribunais para que os debates pudessem acontecer e cada cidadão pudesse ser defensor de sua própria causa. Fiorin (2017, p. 22) esclarece que os tiranos eram da Sicília grega e chamavam-se Gelon e Hieron que, durante seu governo, tinham expropriado muitas terras com a finalidade de distribuí-las a seus soldados. No entanto, depois que os tiranos perderam o domínio, os proprietários reclamaram os seus direitos, neste caso, a devolução dos bens.

Fiorin (2017) afirma que na antiguidade não existiam advogados que pudessem defender as causas dos que tiveram as terras tomadas pelos tiranos, e sim apenas um grupo específico de pessoas conhecido por sofistas, cuja função era o ensino da arte de bem falar em público, utilizando argumentos que pudessem ser convincentes diante dos juízes. Os sofistas tinham muito prestígio entre as pessoas e eram considerados verdadeiros sábios. Eles eram habilidosos em utilizar o discurso persuasivo e possuíam a eloquência necessária para convencer os jurados. Em virtude disso, passaram a ensinar as técnicas de persuasão àqueles que quisessem e pudessem pagar por isso.

Conforme explica Fiorin (2017), os impactos causados pela tomada das propriedades “mobilizavam grandes júris populares, que precisavam ser convencidos da justiça da reivindicação. A eloquência necessária para impedir o ânimo dos jurados tornou-se objeto de ensino” (FIORIN, 2017, p. 22). Os sofistas eram os professores de retórica e por causa desse conhecimento recebiam grandes quantidades de dinheiro para ensinar essa técnica. Notadamente, as pessoas cujas terras haviam sido tomadas procuravam os sofistas para poder ir aos tribunais e saber argumentar adequadamente a fim de conseguir as terras e os bens de volta. Entre os sofistas mais atuantes na antiguidade destacam-se Empédocles, Córax, Protágoras, Górgias e Tísias. Para Fiorin (2017, p. 23) “os sofistas é que impulsionam a nova disciplina”, a intitulada arte retórica.

De acordo com Meyer (2007), pode-se considerar os sofistas como sendo os primeiros advogados, uma vez que contribuíram para o ensino da arte de argumentar, com o objetivo de que as pessoas pudessem reaver as terras espoliadas pelos tiranos. Os sofistas só podiam

ensinar as pessoas livremente porque a retórica, desde a antiguidade, só se efetiva por meio da democracia. Acerca disso, Fiorin (2017, p. 26) diz que a retórica pode ser considerada filha da democracia, pois “nas ditaduras, não se admitem pontos de vistas divergentes. É na democracia que floresce a contradição, base da retórica. As relações sociais estão sempre fundadas na heterogeneidade e a democracia é o respeito ao dissenso”. Essa ligação da retórica com a democracia permitiu que os sofistas ensinassem e ganhassem muito dinheiro com isso. Fiorin (2017) assegura que os mestres sofistas são considerados os primeiros a classificar a retórica como uma técnica e/ou arte do discurso persuasivo.

Os professores da arte retórica cobravam pelos ensinamentos que ministravam para as pessoas aprenderem a argumentar diante dos tribunais da época, por isso, sofreram críticas de alguns filósofos, a exemplo de Platão. Este defendia a noção apenas de verdade, mas o lugar da retórica diz respeito ao que aparenta ser verdade ou verossímil, e não à verdade absoluta. Mesmo assim, “pode-se dizer que os sofistas criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo” (REBOUL, 2004, p. 9). Assim, os sofistas foram os primeiros pedagogos, pois ensinavam os alunos a argumentar e a fazer uso das habilidades retóricas em momentos de necessidade argumentativa.

A retórica foi formalizada e sistematizada por Aristóteles, para quem é “a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de propósito para criar a persuasão. Nenhuma outra arte possui tal função” (ARISTÓTELES, 2011, p. 44). Com base nisso, a retórica fornece dispositivos argumentativos capazes de serem utilizados para desnudar as artimanhas persuasivas dos mais diversos discursos. Assim, a retórica também tem o “poder, diante de quase qualquer questão que nos é apresentada, de observar e descobrir o que é adequado para persuadir. E esta é a razão por que a retórica não aplica suas regras a nenhum gênero particular e definido” (ARISTÓTELES, 2011, p. 44-45).

Fiorin (2017) advoga que a retórica é uma disciplina que, no Ocidente, deu início aos estudos do discurso. Para o autor, a missão da retórica é descrever os procedimentos discursivos que possibilitam ao orador criar efeitos de sentido que permitem fazer com que o auditório acredite naquilo que lhe é apresentado. Também é objetivo da retórica fornecer meios para que o analista possa estudar o funcionamento da argumentação, com vistas a desnudar os elementos persuasivos imbuídos no discurso. Conforme o autor, “a retórica é a arte da persuasão, a ‘arte do discurso eficaz’” (FIORIN, 2017, p. 19).

Entre as muitas categorias (*ethos, pathos, logos*, argumentos, lugares, figuras, funções retóricas, gêneros do discurso etc.) analíticas providas da retórica aristotélica, este trabalho se propõe ao estudo apenas das operações do sistema retórico, mais especificamente as etapas do processo argumentativo e as partes do discurso retórico. Essa particularização específica não aconteceu de modo aleatório, pois se defendeu a ideia de que o sistema retórico é imprescindível para o entendimento da criação e do processamento do discurso.

Além disso, surgiu a necessidade de retomar uma leitura retórica acerca do sistema retórico e suas implicações para o discurso, pelo fato de a análise deste trabalho se deter em estudar um discurso teológico muito relevante para a sociedade cristã, como é o caso da oração do Pai-Nosso. Com base nos itens elencados, ratifica-se a importância deste recorte para o estudo do sistema retórico.

As partes do processo argumentativo

Desde os gregos antigos, diz-se que o discurso retórico comporta quatro componentes que organizam as etapas do processamento argumentativo. Segundo Reboul (2004, p. 43), “a retórica é decomposta em quatro partes, que representam as quatro fases pelas quais passa quem compõe um discurso, ou pelas quais acredita-se que passe”. Por meio dessas partes, é possível observar como se ordenam os argumentos, como se organiza o discurso retórico.

Nas palavras de Reboul (2004), as partes são a invenção, a disposição, a elocução, a ação e a memória, esta última posteriormente acrescentada pelos romanos. Desse modo, o orador, para construir um discurso, deve compreender o tema escolhido e reunir todos os possíveis argumentos que possam servir (invenção) no momento de argumentação; após, o orador deve colocar esses argumentos em ordem (disposição); em seguida, redigir o discurso da melhor maneira possível (elocução); por fim, precisa exercitar-se proferindo o discurso (ação).

Esses passos descritos pela retórica ainda constituem relevantes procedimentos para um trabalho consistente (REBOUL, 2004). Conforme o citado autor ressalta, “as quatro partes na realidade são as quatro ‘tarefas’ (*erga*) que devem ser cumpridas pelo orador. Se este deixar de cumprir alguma delas, seu discurso será vazio, ou desordenado, ou mal escrito, ou inaudível” (REBOUL, 2004, p. 44, grifo do autor). Nesse sentido, são essas partes que mostram que qualquer orador, quando argumenta, necessita, antes de qualquer coisa, encontrar o que dizer; depois, organizar as ideias encontradas e realizar uma espécie de plano

para escolher os pontos a serem explorados no discurso argumentativo. De acordo com os gregos, esses passos eram obrigatórios para a construção de um discurso persuasivo.

Logo, é imprescindível explicar cada uma das partes do sistema retórico, tendo em vista que elas são as responsáveis pela organização do discurso. As categorias de análise adotadas neste artigo estão embasadas no sistema retórico, assim, busca-se mostrar de que maneira as etapas do processo argumentativo e as partes do discurso organizam o discurso teológico em estudo. Ainda que o texto analisado e apresentado aqui a título de exemplificação não permita generalizações, evidencia-se como o discurso selecionado está disposto nas operações do sistema retórico.

A invenção

Em seu sentido etimológico, invenção é uma “palavra originada do latim *inventio* e se liga ao verbo *invenire*: descobrir, achar, encontrar. Em retórica, refere-se ao momento de busca de provas que sustentarão o discurso” (FERREIRA, 2015, p. 63, grifos do autor). Ainda conforme o autor, a invenção diz respeito à busca que o orador faz para agrupar o máximo de argumentos possíveis. Nesse momento é que o orador demonstra conhecimento acerca do assunto tratado, por isso consegue reunir todos os argumentos plausíveis para a interpretação do discurso. Na invenção, o orador reúne e organiza tudo o que vai dizer.

É na invenção que o orador se interroga sobre as impressões do auditório, procurando identificar-se com ele, para que possa estabelecer acordos, encurtar distâncias por meio do assunto que irá desenvolver no discurso. A base central da invenção é a prova, pois o auditório precisa acreditar naquilo que foi criado pelo orador. Assim, a invenção pode parecer invisível para o auditório social, mas é sensível para o analista, uma vez que aparece na disposição, na elocução e na ação do discurso argumentativo. Estrategicamente, o orador procede a uma investigação prévia do auditório e, com base nas impressões obtidas, buscará os melhores meios persuasivos (FERREIRA, 2015).

Segundo Reboul (2004), antes de o orador empreender um discurso, é preciso perguntar-se acerca do que o discurso deve versar, sobre o tipo de discurso e até mesmo o gênero que convém ao assunto. Desse modo, a invenção fundamenta-se “na busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema de seu discurso” (REBOUL, 2004, p. 43). Compreende-se, desse modo, que serão as formas como os argumentos são utilizados que possibilitarão as tentativas de persuadir.

Para Mosca (2004), endossando a questão, a invenção associa-se ao estoque material, ou seja, é o meio pelo qual o orador reúne os argumentos, as provas e outros possíveis elementos que servem para persuadir e que são relativos ao tema do discurso. Por isso, diz-se que para que o orador reúna o máximo possível de argumentos persuasivos, é imprescindível que ele conheça profundamente o tema. Além disso, ele precisará saber se o auditório também conhece a temática, se há opiniões previamente formadas acerca do assunto e se as opiniões são positivas, negativas.

A disposição

A disposição é uma das partes do sistema retórico e nela se estuda como se ordenam os argumentos, isto é, como se organizam os discursos. De acordo com Reboul (2004), a disposição trata de uma formulação de argumentos para se construir o discurso e refere-se à “ordenação desses argumentos, donde resultará a organização interna do discurso, seu plano” (REBOUL, 2004, p. 43). No dizer de Ferreira (2015), a disposição é uma parte do sistema retórico que se denomina atualmente de macroestrutura textual. Nessa perspectiva, cabe ao orador se esforçar para organizar o discurso da maneira mais favorável possível às suas intenções persuasivas, retirando ou acrescentando informações encontradas na invenção. Por isso, diz-se que o discurso não pode ser aleatório, desconexo, mas sim harmonizado logicamente.

Nesse sentido, a disposição “é a etapa em que são organizados e distribuídos os argumentos de maneira racional e plausível no texto, em busca de uma solução para um problema em tela” (FERREIRA, 2015, p. 110). Observa-se, conforme o autor, que a disposição diz respeito à maneira como o orador se utiliza de intenções persuasivas para organizar as diferentes partes do discurso argumentativo. Desse modo, trata-se de analisar a organização interna do discurso, o auditório, o gênero escolhido, ou seja, os aspectos que norteiam a argumentação. Portanto, compreende-se que “a disposição, em si, é um lugar, ou seja, um plano-tipo ao qual se recorre para construir o discurso” (REBOUL, 2004, p. 55).

Reboul (2004) apresenta, ainda, três razões para que a disposição faça parte da construção do discurso argumentativo: função econômica; função argumentativa e função heurística. Nessa perspectiva, tem-se que a

[...] disposição tem primeiramente uma função econômica: permite nada omitir sem nada repartir; em suma, possibilita que o orador ‘se ache’ a cada

momento do discurso. Depois, quaisquer que sejam os argumentos que organize, a disposição é em si mesma um argumento. Graças a ela, o orador faz o auditório encaminhar-se pelas vias e pelas etapas que escolheu, conduzindo-o assim para o objetivo que propôs [...]. Finalmente, a disposição tem função heurística, por permitir interrogar-se metodicamente. Pois, em suma, o que é fazer um plano? É formular-se uma série de perguntas distintas, constituindo cada uma delas uma parte ou uma subparte. Saber fazer um plano é saber fazer-se perguntas e tratá-las uma após outra, agindo de tal modo que cada uma delas nasça da resposta precedente [...] (REBOUL, 2004, p. 60).

A primeira justificativa (função econômica) diz respeito à coerência global do texto e aponta para que o orador possa concretizar, por meio do discurso, as suas intenções persuasivas. De acordo com Ferreira (2015, p. 110), “a disposição é um lugar retórico, um plano do tipo em que se sustenta o discurso”; a segunda justificativa (a disposição é em si mesma um argumento) refere-se ao fato de que a disposição forma e ordena o discurso, caracterizando-se, como diz Meyer (2007, p. 46), “o cerne do edifício retórico”; finalmente, a terceira justificativa (a disposição tem uma função heurística), diz respeito ao ato de encontrar os argumentos para proceder à elocução e, consecutivamente, à ação do ato discursivo retórico.

A elocução

A terceira parte do processo argumentativo é a elocução, cuja função é reagir ao material organizado. É o momento em que se estrutura o texto para se proceder ao ato retórico-argumentativo. Dessa maneira, a elocução “não diz respeito à palavra oral, mas à redação escrita do discurso, ao estilo” (REBOUL, 2004, p. 43). Entende-se que, nos processos da invenção e da disposição, o orador já possui todos os argumentos necessários para tentar persuadir o auditório a que se destina. Presume-se que, no momento da elocução, o orador esteja pronto para agir retoricamente.

Conforme Tringali (2013) observa, não é verdadeira a ideia de que se começa utilizar a linguagem apenas no momento da elocução. Ele afirma que o orador já vem lidando com a elocução desde as etapas da invenção e da disposição, na medida em que o orador toma apontamentos do material que se vai achando, selecionando, escolhendo, avaliando e organizando. Na elocução, todo o empenho se concentra no nível verbal. Logo, a relação entre invenção e disposição é indissociável. “Note-se bem que não há uma separação estanque entre

invenção e disposição, de um lado, e elocução, de outro. Entretanto, não resta dúvida que a elocução tem aqui e agora seu momento particular” (TRINGALI, 2013, p.169).

Consoante Reboul (2004), a elocução diz respeito à criação do discurso por parte do orador. O autor ressalta que a elocução é a parte reservada à expressão do sentido, ou seja, tudo aquilo que o orador já criou e organizou é colocado em prática. Ela constitui um dos principais momentos do orador, pois centra-se na redação e organização do material encontrado. Assim, a elocução é a fase do momento retórico que está à mercê exclusivamente das artimanhas persuasivas empreendidas pelo orador. Acerca da elocução, Ferreira (2015) afirma que ela culmina o processo argumentativo, pois revela a superfície textual que, como significação global do ato retórico, chega ao auditório social. Ainda segundo o autor, a

[...] maneira mais explícita de fazermos ecoar o poder das palavras está no modo como as empregamos no discurso, na maneira como trabalhamos a *elocutio* (elocução). Em sentido técnico, a elocução é a redação do discurso retórico. Mais do que uma questão estilística, envolve o tratamento da língua em sentido amplo, abrange o plano da expressão e a relação forma e conteúdo: a correção, a clareza, a adequação, a concisão, a elegância, a vivacidade, o bom uso das figuras com valor de argumento. Como componente teórico operacional, mantém relação de sucessividade com a *dispositio*. Para o analista, é a única fonte de onde se extraem todos os elementos analíticos e depreendem-se as operações retóricas anteriores (FERREIRA, 2015, p. 116, grifo do autor).

Com isso, a elocução, por assim dizer, refere-se ao estilo do orador ou às escolhas realizadas para que o conteúdo possa ser adequado ao discurso argumentativo. Refere-se também à “construção linguística que manifesta as virtudes e defeitos de energia retórica de construção textual” (FERREIRA, 2015, p. 116). Algumas virtudes, apregoadas desde os gregos antigos, são imprescindíveis nesse processo, tais como: clareza, elegância, correção, beleza. Tais virtudes dizem respeito ao assunto, ao discurso e ao orador.

Segundo Reboul (2004), o melhor estilo, ou o mais eficaz, é aquele que se adapta ao assunto; o discurso precisa ter clareza, em outras palavras, é preciso adaptar o estilo ao auditório, uma vez que o que é claro para um público poderá não o ser para outro; por fim, o orador deve mostrar-se em pessoa no seu discurso, ser colorido, alerta, dinâmico, imprevisto, engraçado, caloroso. O bom orador tem uma programação previamente definida e não improvisa, ao contrário, discursa de maneira coerente e mostra sabedoria naquilo que fala. Além disso, utiliza-se dos mais diversos ingredientes retóricos, a exemplo dos argumentos, dos lugares, das funções, da tríade, entre tantas outras categorias retóricas.

A ação

A quarta parte é a ação, que tem o objetivo de atualizar o discurso, ou seja, executá-lo. É na ação que estão presentes aspectos como ritmo, pausas, entonação, timbre de voz e gestualidade. De acordo com Reboul (2004, p. 44), na ação “a proferição efetiva do discurso, com tudo o que ele pode implicar em termos de efeitos de voz, mímicas e gestos”. O mesmo autor salienta que na ação há espaço para o uso de elementos não verbais, uma vez que eles podem fazer parte de qualquer discurso. Outro aspecto importante é a consideração da presença de um auditório, já que este é o princípio básico da adequação, cuja finalidade maior é ganhar a adesão por meio da persuasão. Desse modo, tem-se que:

Ação, que em grego é *hypocrisis*, no início, antes de adquirir sentido pejorativo, significava a interpretação do adivinho, depois a interpretação do ator, a ação teatral. Assim como o hipócrita, o autor finge sentimentos que não tem, mas sabe disso, e seu público também. Assim também o orador: pode exprimir o que não sente, e sabe disso; mas não pode informar seu público, ou destruiria seu discurso. O autor que finge bem é um artista; o orador que finge bem seria um mentiroso...o fato é que o orador sincero não pode deixar de ‘representar’ segundo regras semelhantes às do ator. Se renunciasse a isso, se abandonasse a *hypocrisis*, trairia sua mensagem (REBOUL, 2004, p. 67, grifo do autor).

É na ação que o orador se apresenta da maneira que desejar, podendo deixar transparecer uma imagem real ou fictícia. Nas palavras de Ferreira (2015), a ação tem como principal finalidade a captação da atenção do auditório social a fim de que o orador possa persuadi-lo. O autor ainda afirma que a ação se relaciona com os efeitos pragmáticos, pois engloba elementos interacionais, semânticos, entre outros, que corroboram com a eficácia do ato discursivo retórico.

Desse modo, conforme Ferreira (2015) destaca, a ação focaliza os componentes emotivos da emissão da palavra, tais como: a gestualidade (kinésica) e a interação com o espaço discursivo (proxêmica), por isso o verbal e o não verbal podem sim ser objetos de investigação retórica. Portanto, a ação “é uma forma particular de interação: orador e auditório estão plenamente envolvidos no processo de transmissão e recepção do discurso num contexto enunciativo-pragmático-interacional” (FERREIRA, 2015, p. 138-139).

À ação, acrescenta-se ainda uma quinta etapa pela qual um discurso passa para ser construído – a memória. De acordo com Mosca (2004), a memória (*mnéme*) é a retenção do material a ser transmitido, considerando-se, sobretudo, o discurso oral, em que um orador transmite a mensagem a um auditório específico e conhecido. Alguns elementos são

imprescindíveis para a retenção, tais como: a estrutura do discurso, o encadeamento lógico das partes, a eurtímia de suas frases. A memória permite uma melhor recepção do discurso, mas isso não suprime a improvisação e a capacidade de adaptação às possíveis refutações. Assim, ela permite não somente reter o material persuasivo, mas também a improvisação.

De acordo com Reboul (2004), os discursos, na tradição dos antigos, parece que seriam aprendidos de cor, razão por que a importância da memória. “Donde a importância da memória (*mnemé*), que para certos autores latinos constituía a quinta parte da retórica: a arte de memorizar o discurso” (REBOUL, 2004, p. 68, grifo do autor). O autor apresenta três observações essenciais para o processo da memória como uma etapa do discurso argumentativo. Primeiro, a memória depende do estado físico do orador, pois é preciso estar com boa saúde; segundo, o discurso precisa estar disposto estruturalmente de uma maneira que seja fácil memorizá-lo; terceiro, o orador precisa dominar o discurso para que seja possível realizar ajustes necessários ou até mesmo proceder à improvisações. A memória é um fato essencial para a criatividade do orador.

As partes do discurso

A construção do discurso retórico acontece por meio das seguintes partes: exórdio, narração, confirmação e peroração. Todas elas são pertencentes à disposição, outra parte do sistema retórico. A primeira caracteriza-se como sendo a parte inicial e/ou introdutória do discurso; a segunda refere-se à exposição dos fatos; a terceira aborda o conjunto de provas, seguido por uma refutação, ou seja, destruição dos argumentos adversários; a quarta é entendida como tudo aquilo que se põe no fim do discurso, isto é, na conclusão.

Para Reboul (2004), cada uma delas têm uma função específica e graças a elas o orador faz o auditório encaminhar-se pelas vias e pelas etapas que escolheu, conduzindo-o, assim, para o objetivo que propôs. O discurso do orador perfaz o caminho do exórdio, da narração, da confirmação e da peroração. É importante explicar pormenorizadamente cada uma delas a fim de buscar uma compreensão mais clara acerca da temática.

O exórdio

A primeira parte do discurso é o exórdio, que se caracteriza por ser a introdução de um discurso retórico. Tem como função conquistar a adesão do auditório, criando nele uma

possível disposição para aceitar a proposta apresentada. No exórdio, o orador apresenta o assunto, faz a repartição e a divisão, e anuncia o plano de sua exposição (FIORIN, 2017). O exórdio corresponde ao momento em que o orador promulga uma identificação com o seu auditório social por meio de um conselho, de um elogio, de uma crítica, de uma censura, de acordo com o gênero do discurso escolhido. O exórdio é utilizado para iniciar um ato discursivo retórico (FERREIRA, 2015).

Para Reboul (2004, p. 55), o “exórdio é a parte que inicia o discurso, e sua função é essencialmente fática: tornar o discurso dócil, atento e benevolente”. É nesse momento que o orador se apresenta e procura suscitar estes três objetivos apresentados: parecer dócil, atento e benevolente. Acerca disso, Ferreira (2015, p. 112) esclarece que

[...] o discurso retórico, não basta que o orador se prepare. O auditório é o foco central e isso nos remete ao *pathos*, pois não há comunicação sem comunhão e nem comunhão sem identificação, sem que sejam suscitadas as paixões e sentimentos do público. Assim, é comum que, no exórdio, o orador já procure estabelecer contato por meio da exortação, do reconhecimento, do receio, da piedade, da frustração, do descaso, da briga explícita contra um adversário declarado, da condição social, da moral, das dificuldades partilhadas, do orgulho, das realizações positivas ou negativas, das vilanias sociais, do justo e do injusto, do belo e do feio, enfim, de uma série de artifícios discursivos iniciais que conduzam a alegria, tristeza, saudade, amor, ódio, ira, cólera, amizade, ciúme... Enfim, às paixões do auditório (grifo do autor).

A partir do exórdio, o orador visa a chamar a atenção do auditório para aquilo que será proferido e buscará, a todo instante, confirmar as suas boas qualidades enquanto orador e ajustar determinadas posturas que podem prejudicar o ato discursivo retórico. Nas palavras de Aristóteles (2011, p. 254), quando o exórdio se destina ao auditório, seu objetivo é conseguir dele “sua benevolência ou provocar sua cólera, algumas vezes atrair sua atenção ou, ao contrário, fazê-lo distrair-se. O fato é que nem sempre é conveniente tornar o ouvinte atento, o que leva, inclusive, muitos oradores a buscar incitá-lo ao riso”.

Nesse sentido, é por meio do exórdio que o orador atuará na disposição do auditório, projetando diferentes *ethe* de si mesmo. Naturalmente, nesse ínterim, surgirão aspectos que fornecerão argumentos para que o orador tente persuadir o auditório. Por essa razão, o exórdio é uma parte imprescindível do discurso e não pode ser deixado de lado pelo analista retórico, pois é o meio pelo qual são introduzidos o discurso e as possíveis informações sobre aquilo que o orador versará durante toda a argumentação. Considera-se uma parte fulcral, pois prende a atenção do auditório e cria uma disposição favorável à persuasão.

A narração

A segunda parte do discurso é a narração que, segundo Ferreira (2015), refere-se à maneira pela qual o orador apresenta os fatos, isso, por si só, já caracteriza um argumento. Desse modo, a narração é a exposição dos fatos referentes à causa. Ela indica o caminho que o orador seguirá e marca a escolha de um ponto de vista que será defendido nas demais partes do discurso argumentativo. A narração tende a apresentar objetividade por parte do orador, uma vez que este apresentará e defenderá um ponto de vista diante do auditório social que presta atenção ao discurso que está sendo proferido.

Acerca da narração, Reboul (2004, p. 56) defende o seguinte posicionamento: a narração é uma exposição dos fatos referentes à causa, “exposição aparentemente objetiva, mas sempre orientada segundo as necessidades da acusação ou da defesa. O fato é que, se não for objetiva, deverá parecer. E é na narração que o *logos* supera o *etos* e o *patos*”. Depreende-se que é por meio da narração que o orador lançará mão dos argumentos para tentar persuadir o seu auditório social. O *logos*, ou seja, a argumentação propriamente dita, entra em cena e, prene de recursos persuasivos, almeja conquistar a adesão daqueles que ouvem o discurso argumentativo.

Ainda assim, Reboul (2004) ressalta que existem três qualidades específicas para que o discurso do orador seja eficaz, isto é, persuade o auditório: clareza, brevidade e credibilidade. A primeira diz respeito à clareza no discurso do orador, pois acredita-se que o orador deve utilizar recursos que visem a persuadir, deve organizar o discurso de forma coerente e deve organizar um tempo cronologicamente adequado. Esses aspectos devem ser observados, mas é preciso sempre fazer retomadas, a fim de que o discurso retórico fique claro para o auditório.

A segunda característica refere-se à brevidade do discurso, visto ser ela uma peça fundamental no jogo discursivo do orador. Este, por sua vez, necessita eliminar tudo aquilo que seja inútil em seu discurso e, caso necessite, deve excluir também todos os fatos anteriores ao caso em questão, ou seja, todas as possíveis circunstâncias que não colaboram para o desenvolvimento do discurso em cena.

Finalmente, a terceira e última característica é a credibilidade do discurso, haja vista a importância fulcral de o orador deixar transparecer para o auditório a ideia de que ele é crível. Para isso, deverá enunciar os fatos com as respectivas causas e mostrar que os atos estão

associados ao caráter de quem os pratica. As provas, os fatos e as causas são postos pelo orador na parte da narração.

A confirmação

A terceira parte do discurso é a confirmação, considerada a mais longa, “um conjunto de provas, seguido por uma refutação (*confutatio*), que destrói os argumentos adversários” (REBOUL, 2004, p. 57, grifo do autor). Desse modo, a confirmação nem sempre está separada da narração e centra-se em mostrar as provas contra o discurso do oponente. Concordando com essa ideia, Ferreira (2015) ratifica que a confirmação é a parte mais densa do discurso e, por meio das provas, defendem-se os próprios pontos de vista e refutam-se os contrários. Assim, a credibilidade do argumento associa-se à capacidade do orador de comprovar as afirmativas enunciadas.

No discurso retórico, independente do gênero, as provas são elementos determinantes para a ordem do processo, por isso a confirmação caracteriza-se por ser “o ponto forte de sedimento do *logos*. Ao orador compete ordenar os argumentos em forte ou fracos e ao analista, verificar como se dá a apresentação dos argumentos e como contribuem para a persuasão” (FERREIRA, 2015, p. 114, grifo do autor). A apresentação e a sustentação do tema para o assentimento da tese acontecem por meio da confirmação. Em se tratando das provas, Aristóteles (2011) discorre sobre elas nos três gêneros do discurso – epidítico, deliberativo e judiciário. O mestre estagirita afirma:

Nos discursos demonstrativos, na maior parte do tempo a amplificação consistirá em mostrar que os fatos são nobres e úteis, uma vez que são eles que devem servir de meios de persuasão. Os próprios fatos devem ser aceitos sem demonstração, esta só sendo admitida nas raras ocasiões quando não são facilmente críveis ou quando foram imputados a uma terceira pessoa. Nos discursos deliberativos, pode-se sustentar a impraticabilidade de uma proposta, ou que ainda que praticável, é injusta, ou que não produzirá nenhum benefício, ou que não tem o peso que seu propositor julga que tem. Ter-se-á também o cuidado de informar-se se o opositor não aventa alguma afirmação falsa em matérias irrelevantes, pois se houver falsidades nessas matérias, parecerão demonstrar que suas outras afirmações também são falsas. Os exemplos tocam principalmente ao discurso deliberativo (político), ao passo que os entimemas são mais adequados ao discurso forense. A oratória política trata de eventos futuros, em relação aos quais tudo o que pode fazer é citar eventos passados a título de exemplos. A oratória forense lida com o que é ou não é agora verdadeiro, o que é passível de ser melhor demonstrado por não ser contingente, ou seja, não há contingência naquilo que agora já aconteceu. Não se deve empregar entimemas em uma sucessão contínua.

Mas intercalá-los; se assim não for feito, eles arruinarão o efeito uns dos outros. Mesmo no que tange ao seu número, há um limite a ser respeitado (ARISTÓTELES, 2011, p. 263).

Com base no exposto, observa-se que Aristóteles (2011) evidencia que, no discurso epidítico, os fatos precisam ser nobres e úteis; no discurso deliberativo, enfatiza que aquilo que se recomenda possui vantagens, consequências favoráveis ou não; no discurso judiciário, postula que é necessário trazer à tona exemplos e recorre-se a fatos do passado, pois eles implicam uma necessidade para demonstrar, exemplificar.

Em gêneros do discurso diferentes, é preciso articular os modos de organização do discurso retórico. A confirmação sofre variações quando se trata do gênero epidítico, deliberativo e judiciário. “Em suma, narração e confirmação são duas tarefas que o orador deve cumprir, mas nada o obriga a realizá-las sucessivamente” (REBOUL, 2004, p. 58), pois cada gênero do discurso comporta suas próprias especificidades.

A peroração

A quarta parte do discurso retórico é a peroração, que diz respeito à parte final. Nesse sentido, é na peroração que o orador resume os pontos mais importantes proferidos nas partes anteriores. Para Reboul (2004), a peroração pode ser considerada como o momento por excelência em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica. Em virtude disso, “a peroração é o que se põe no fim do discurso. Aliás, pode ser bastante longa e dividir-se em várias partes” (REBOUL, 2004, p. 59).

Aristóteles (2011, p. 270) postula que a peroração, ou epílogo, é composta de quatro partes: predisposição do orador, ampliação da ideia defendida, apelo às paixões e recapitulação. A primeira “consiste em predispor o auditório a nosso favor e contra nosso opositor”; a segunda “cumpre a função de amplificar ou atenuar o que foi dito”; a terceira tem a “função de estimular as paixões do auditório”; e “finalmente, a quarta consiste em fazer uma recapitulação”.

Para o filósofo, é na peroração que o orador deve se apresentar como uma pessoa de bem, de virtudes e apresentar o opositor como alguém perverso. O orador louva a si mesmo e passa a censurar o adversário diante do auditório. Assim, após estabelecer claramente a natureza e a importância dos fatos, o orador precisará “levar os ouvintes a experimentar emoções (paixões), que são nomeadamente a compaixão, a indignação, a cólera, o ódio, a inveja, a emulação e o espírito de disputa” (ARISTÓTELES, 2011, p. 271).

Para finalizar o discurso retórico, como ensina Aristóteles (2011), o orador, por via de consequência, deverá recapitular tudo aquilo que já foi dito, mas agora retomando de forma resumida, para não se correr o risco de o discurso formar novos argumentos. Trata-se apenas de o orador ampliar o que foi dito no discurso em que se propôs envolver o auditório, despertando paixões, sentimentalismos. Na peroração, conforme explica Fiorin (2017), o orador busca elevar-se diante do auditório social.

Dessa maneira, pode-se “realizar corretamente aquilo que alguns equivocadamente recomendam que seja feito no exórdio, ou seja, para que os pontos do discurso sejam facilmente compreendidos, repeti-los frequentemente” (ARISTÓTELES, 2011, p. 271). O filósofo grego mostra que a repetição corroborará com a compreensão do discurso retórico, visto que ela contribui com a ênfase dada a um determinado conteúdo ou parte do discurso para que os ouvintes possam frisá-lo ou até mesmo memorizá-lo. Portanto, na peroração ou “[...] no epílogo, será necessário recapitular sinteticamente os argumentos que serviram para a demonstração” (ARISTÓTELES, 2011, p. 271).

Procedimentos metodológicos e análise

Para a realização deste trabalho, utilizou-se a pesquisa de abordagem qualitativa a partir de um olhar descritivo e interpretativo, com as contribuições da análise retórica. O que se propôs foi refletir sobre as etapas do sistema retórico na oração do Pai-Nosso, presente no evangelho segundo Mateus 6:9-13. Na perspectiva qualitativa, o pesquisador tem como objetivo aprofundar-se “na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação” (GUERRA, 2014, p. 11).

Em se tratando da análise retórica propriamente dita, é importante mencionar que ela é contextualizada e não acontece de qualquer maneira, por isso “o poder da análise retórica é sua proximidade, sua habilidade de falar sobre o particular e o possível” (LEACH, 2002, p. 298). Por meio do discurso, o orador pode recorrer a inúmeros recursos (argumentos, figuras, funções, lugares, sistema etc.) provindos da retórica para tentar persuadir o seu auditório social. Estudar como isso acontece é o principal objetivo da análise retórica.

Conforme Leach (2002, p. 296), “o contexto do discurso deve ser o primeiro ponto a ser levado em consideração ao se embarcar em uma análise retórica, seja ao escolher um discurso oral, uma imagem ou um documento escrito”. O fenômeno investigado é um texto

escrito, embora se tenha o entendimento de que foi transcrito do discurso oral. De acordo com a narrativa teológica, o orador Jesus Cristo estava em um monte, local de onde ensinava a todos, inclusive aos discípulos.

A oração do Pai-Nosso foi o objeto selecionado para o estudo do sistema retórico. Essa escolha se deu pela importância dessa oração para a cristandade e pelo fato de o sistema retórico evidenciar como acontece a construção do discurso. O excerto teológico foi retirado da Bíblia Sagrada traduzida por João Ferreira de Almeida, datada de 1999. A seguir, tem-se a oração do Pai-Nosso ensinada por Jesus de Nazaré:

A ORAÇÃO DOMINICAL (Mateus 6:9-13)

9 Portanto, vós orareis assim: Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome;
10 Venha o teu reino; seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu;
11 O pão nosso de cada dia nos dá hoje;
12 E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores;
13 E não nos deixes cair à tentação; mas livra-nos do mal; porque teu é o reino, e o poder, e a glória, para sempre. Amém.

De início, é possível afirmar que a invenção acontece quando o orador Jesus Cristo reúne as pessoas (o seu auditório social), organiza o discurso que vai proferir e recorre aos argumentos para ratificar esse discurso. A temática em tela é a oração a Deus, ou seja, algo a que o auditório já estava adaptado, pois Jesus, tinha o costume de falar acerca da necessidade da oração dirigida a Deus.

Assim, compreende-se que o orador Jesus conhecia profundamente a temática, bem como as pessoas que compunham o auditório social, razão por que organizou o discurso para persuadir o auditório. Logo, Jesus já possuía um vínculo e/ou acordo com o auditório, por isso, possivelmente, conseguiu suscitar nas pessoas ali presentes paixões que alteraram os juízos e os comportamentos.

A disposição aparece no discurso em análise, haja vista a organização com que o orador distribuiu os argumentos. Os argumentos estão postos de maneira ordenada e consistente. O orador Jesus pede para que o auditório ore de forma que enalteça a Deus, que não falte alimento diário, que o perdão seja praticado, que haja livramento do mal. Desse modo, verifica-se que existe uma organização das ideias para que o auditório possa descobrir algo novo: o modo de fazer orações a Deus.

Depois da invenção e da disposição, observa-se, no texto em análise, o importante papel da elocução. Por meio dessa categoria retórica, Jesus Cristo ajustou as palavras, as ideias e o material inventado, a fim de, retoricamente, ensinar ao auditório o modo como deveria realizar orações a Deus. Assim, Jesus comunicou as razões e os argumentos na forma e no estilo da temática religiosa em destaque, para que agradem e, sobretudo, persuadam o público-alvo. Por meio da elocução, o orador judeu agiu retoricamente diante de seu auditório social.

A ação é outra etapa do sistema retórico. Nesta parte, o orador, de fato, realiza o discurso. Nesse sentido, em se tratando do texto em estudo, Jesus procede à proferição do discurso retórico, dirigindo-o ao seu auditório com o objetivo de persuadi-lo. Ora, Jesus era considerado mestre, isto é, alguém que conhecia as leis religiosas da Palestina do século I da Era Comum. Isso suscitava uma imagem confiável, de alguém digno de crédito, de confiança religiosa. Outro detalhe é que as pessoas paravam para ouvi-lo. Provavelmente, Jesus Cristo se valia recursos expressivos, como entonações, pausas, gestos, entre outros. O que é possível afirmar, com base no texto analisado, é que o jovem orador palestino teve a finalidade de captar a atenção do auditório social a fim de persuadi-lo acerca do modo como a oração a Deus deveria ser realizada. Para isso, ele recorreu à ação, categoria responsável pela execução do discurso retórico.

No escopo da disposição encontram-se as quatro partes do discurso argumentativo (exórdio, narração, confirmação e peroração). Em se tratando do exórdio, verifica-se que se refere à parte introdutória, é o momento em que o orador procura estabelecer contato com o seu auditório. Em vista disso, é possível observar no excerto em análise que o exórdio se caracteriza pelo primeiro parágrafo do texto: “Portanto, vós orareis assim: Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome”. A partir deste momento, tudo que for tratado no texto fará menção à introdução do discurso, ao exórdio. É importante esclarecer que não se considerou o título “a oração dominical” como pertencente ao exórdio porque se trata de um acréscimo feito pelo tradutor e essa expressão não faz parte do original, por isso foi descartada neste momento de análise.

As sequências marcadas como exórdio referem-se à introdução do discurso e estão adaptadas ao orador (Jesus Cristo), ao auditório (possíveis seguidores e/ou discípulos de Jesus de Nazaré) e ao tema tratado (a oração do Pai-Nosso). O orador Jesus Cristo se apresenta como alguém que exprime benevolência, que recebe atenção e que consegue tornar o auditório dócil. Nesse sentido, depreende-se que as técnicas empreendidas foram aceitas pelo

auditório, pois, como comprovação, tem-se o fato de que até os dias atuais a oração do Pai-Nosso é praticada pela cristandade ocidental, seja católica, seja protestante, seja de outros segmentos religiosos afins.

A narração do excerto teológico contém uma exposição clara, breve e objetiva dos fatos referentes à causa em questão. É delegada ao analista a função de observar como o orador imprime clareza, brevidade e credibilidade às ideias transmitidas. Com isso, a narração do texto bíblico aparece nos seguintes momentos: “10 Venha o teu reino; seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu; 11 O pão nosso de cada dia nos dá hoje”.

Jesus Cristo se apresenta como uma pessoa que se importa com os outros, pois ao ensinar a oração, mostra-se preocupado com a maneira que os seus seguidores vinham orando. Jesus não está sozinho, mas sim com várias pessoas que estão ouvindo o jovem profeta de Nazaré. De forma breve, ele ensina a obediência a Deus (seja feita a tua vontade) e solicita mantimento para a vida (o pão nosso de cada dia nos dá hoje). A argumentação de Jesus é engatilhada por meio da inclusão, pois ele se coloca de maneira igualitária em relação a seus seguidores e faz a oração em conjunto, evidenciando essa relação de cuidado, zelo, por todos que o seguiam e que acreditavam em seus ensinamentos.

A confirmação acontece por meio das provas e por uma refutação, fazendo com que o argumento seja aceito pelo auditório social. O dispositivo argumentativo utilizado no discurso teológico em análise é, em um primeiro momento, a comparação, quando Jesus diz: “12 E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”. Verifica-se que essa comparação procura enfatizar a necessidade de pedir o perdão, que é uma categoria essencial na religiosidade cristã. No segundo momento da confirmação, é dito: “13 E não nos deixes cair à tentação; mas livra-nos do mal”. Nesse trecho, nota-se a presença do pedido (não nos deixe) e (livra-nos). Como se percebe, a ideia transmitida é a de que Deus pode proteger a todos que fazem tal oração.

A peroração é o epílogo, a parte final do discurso retórico. É nessa parte que a afetividade se une com a argumentação. Há também uma recapitulação do tema abordado, a fim de resumir o que foi dito. O orador conclui e evidencia a adequação da solução do problema. Na conclusão do texto em análise, é enunciado: “Porque teu é o reino, e o poder, e a glória, para sempre. Amém”. Identifica-se novamente a menção ao reino e a Deus que o governa; o discurso mostra que Deus é poderoso e glorioso; transmite uma ideia de que Deus é eterno; finaliza com a expressão “Amém!”, que significa uma aprovação/concordância em relação àquilo que foi dito pelo orador.

Nessa parte final é feita uma recapitulação dos atributos de Deus e ela mostra que a oração do Pai-Nosso deve ser dirigida de tal maneira que se exalte a divindade cristã. O apelo afetivo entra em cena, pois o orador tenta despertar sentimentos de súplica, de devoção, de piedade, entre outros. O orador Jesus Cristo, nesse excerto específico, utiliza as partes do sistema retórico na oração do Pai-Nosso. Além disso, almeja persuadir as pessoas a praticarem a referida oração da mesma forma como ele ensinou. Está comprovado que ele foi bem-sucedido, pois o Cristianismo tem a oração do Pai-Nosso como algo essencial até os dias de hoje.

Considerações finais

Este artigo discorreu acerca das etapas do processo argumentativo e das partes do discurso retórico, enfatizando a vertente religiosa cristã. Ficaram evidentes as distinções entre elas, mesmo se sabendo que pertencem ao mesmo sistema, o retórico. Para fins de análise, selecionou-se o sistema retórico, pois todo discurso é, como postula Ferreira (2015), uma construção retórica, cuja função é propiciar um ponto de vista em busca de adesão. A partir dessa premissa, apresentou-se uma possível contribuição de análise retórica no discurso teológico, mais especificamente, na oração do Pai-Nosso, ensinada por Jesus e praticada de forma expressiva na religião cristã ao longo dos séculos.

A contribuição acontece pelo fato de este trabalho perscrutar o sistema retórico no discurso teológico, com ênfase na oração do Pai-Nosso. Assim, verificou-se de que modo as técnicas discursivas/argumentativas foram utilizadas pelo orador Jesus Cristo para ensinar a referida oração ao seu auditório social. Diante de uma possível multidão, Jesus ensinou como orar e, ao fazer isso, agiu retoricamente. As etapas do sistema retórico foram mobilizadas para realizar a análise retórica e esta mostrou como se dão as características da oratória, da eloquência, que são utilizadas com fins persuasivos. O ato discursivo retórico de Jesus Cristo perseguiu os caminhos do sistema retórico.

A análise empreendida ajuda a desnudar os caminhos seguidos na construção do discurso e fornece meios para o conhecimento do passo a passo para a formulação de discursos persuasivos, a exemplo do teológico. Apresentou-se uma aplicação de recursos retóricos no discurso teológico, enfatizando as seguintes partes do sistema retórico: invenção, disposição (exórdio, narração, confirmação e peroração), elocução e ação. Cada uma delas

possui sua devida importância e a reflexão desses mecanismos da ação retórica corrobora suas artimanhas persuasivas com àqueles que se propõem a vivenciar a retórica aristotélica.

Como assegura Ferreira (2015, p. 26), “a retórica não é apenas uma arte que ensina a produzir bons textos, mas uma teoria que pretende ampliar a compreensão do discurso”. Buscou-se, neste artigo, seguir essa proposta apresentada pelo citado autor a fim de compreender retoricamente a oração do Pai-Nosso, um discurso teológico que está presente na vida dos cristãos há mais de dois mil anos. Essa foi a principal tarefa neste trabalho e espera-se que tenha logrado êxito.

Referências

A BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. 896p. Velho Testamento e Novo Testamento.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

CÉSAR, E. M. L. **História da evangelização do Brasil:** dos jesuítas aos neopentecostais. Viçosa/MG: Ultimato, 2000.

FERREIRA, L. A. **Leitura e Persuasão:** princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, J. L. **Argumentação.** São Paulo: Contexto, 2017.

FIGUEIREDO, M. F.; FERREIRA, L. A. A perspectiva retórica da argumentação: etapas do processo argumentativo e partes do discurso. **ReVEL**, edição especial v. 14, n. 12, p. 44-59, nov. 2016.

GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

LEACH, J. Análise retórica. In: BAUER, M; W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEYER, M. **A Retórica.** Tradução de Marly N. Neves. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, L. L. S. (Org.) **Retóricas de ontem e de hoje.** 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. O discurso teológico como discurso constituinte. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson. **Discursos constituintes.** São Paulo: Blucher Open Access, 2020.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Max Silva da. **As práticas argumentativas de oradores religiosos cristãos do agreste alagoano**. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

TRINGALI, D. **A retórica antiga e outras retóricas**. São Paulo: Musa, 2013.

JESUS AND OUR FATHER'S PRAYER: A STUDY OF THE RHETORIC SYSTEM

Abstract: This article aims to reflect on the rhetorical system and to make a possible application in the theological discourse found in the gospel of Matthew 6: 9-13. Through this object of study, the contributions of rhetoric make it possible to observe not only the values of the discourse as a production of meaning, but also possible argumentative techniques used by the speaker. The work is anchored in rhetorical studies (ARISTÓTELES, 2011), since the religious sphere is full of persuasive elements. The corpus consists of a passage from the Gospel of Matthew, whose theme is about the Our Father's prayer. This sentence is characterized by containing the subdivision of the rhetorical system, an important element for understanding persuasive aspects of the discourse under study. The analysis revealed that the Our Father's prayer is organized according to the stages of the rhetorical system and that there are persuasive elements raised by the speaker Jesus Christ.

Keywords: Rhetoric. Theological discourse. Our Father Prayer.

Envio: setembro/2020
Aceito para publicação: dezembro/2020